

14 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

STJ nega habeas corpus a Beto e Fernanda Richa

Ex-governador e a esposa estão presos em Curitiba e prestam depoimento nesta sexta-feira (14) ao Gaeco

Ex-secretário Edson Casagrande se apresentou ontem; Joel Malucelli é agora o único foragido

STJ nega habeas corpus e mantém prisão de Richa

O STJ rejeitou, no início da noite de quinta-feira (13), o pedido de habeas corpus da defesa de Beto e Fernanda Richa. O casal deve prestar depoimento na manhã desta sexta. Em Londrina, Luiz Abi Antoun negou envolvimento no suposto esquema.

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - A ministra Laurita Vaz, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), rejeitou no início da noite dessa quinta-feira (13) pedido de habeas corpus da defesa do ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB) e de sua esposa, a ex-secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social Fernanda Richa (PSDB). O casal foi preso pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado),

braço do MP (Ministério Público) Estadual, na última terça-feira (11), quando foi desencadeada a Operação Radiopatrulha.

O pedido de soltura já tinha sido negado pelo desembargador Laertes Ferreira Gomes, da 2ª Câmara Criminal do TJ (Tribunal de Justiça). "Considerando que em sede de cognição sumária não restou configurado, de plano, o alegado constrangimento ilegal, indefiro a liminar pleiteada", escreveu o magistrado, na decisão. Os advogados do tucano recorreram então ao STJ, que se manifestou ontem. A prisão temporária é válida por cinco dias. Ou seja, pode ser prorrogada por mais cinco ou convertida em preventiva a partir desse sábado (15).

Beto e Fernanda devem prestar depoimento na manhã de sexta-feira (14), na sede do Gaeco. "Estamos prosseguindo com a chamada instrução. Hoje ouvimos uma pessoa que não é investigada, como declarante, da família Richa, e à tarde completamos a ouvida dos investigados, entre

eles o Celso Frare, o Aldair Petry, o Dirceu Pupo, o Ezequias e o Pepe Richa. Amanhã deveremos ouvir os demais, dentre os quais o ex-governador e a ex-primeira dama", contou o coordenador estadual do Gaeco, Leonir Batisti.

Segundo ele, o ex-secretário de Assuntos Estratégicos Edson Casagrande se entregou no fim da tarde de ontem. "Estamos buscando a implantação dele no sistema para posteriormente promover a ouvida, além de outras medidas", comentou. Com isso, o empresário Joel Malucelli passou a ser o único da lista de 15 investigados ainda não encontrado pelas autoridades. Conforme a assessoria de imprensa do MP, Malucelli informou que planejava voltar de viagem no dia 24 de setembro, mas que poderia antecipar o retorno. Por enquanto, ele é considerado foragido. Todos os envolvidos negam as acusações.

CONTINUA

14 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

INSTALAÇÕES

Até o fechamento desta edição, Beto e Fernanda Richa seguiam no Regimento da Polícia Montada, no bairro Tarumã, também na capital paranaense. Além deles, José Richa Filho, o Pepe, que foi secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, foi levado para a unidade. De acordo com a Sesp (Secretaria de Estado da Segurança Pública), o irmão do ex-governador deixou o Complexo Médico Penal, em Pinhais, na região metropolitana, por volta das 20h30 de quarta-feira (12). A pasta não soube informar o motivo da transferência.

Procurada pela FOLHA, a PM (Polícia Militar) não passou qualquer informação sobre as instalações do Regimento, chamado popularmente de Cavalaria, nem tampouco sobre tipo de alimentação, tratamento e os locais onde os suspeitos estariam dormindo. Em nota, disse que apenas cede o espaço aos investigados, também por determinação da Justiça. Os demais detidos na Operação foram para a carceragem de Pinhais, conhecida por abrigar réus da Lava Jato, como o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha e o ex-tesoureiro do PT João Vaccari.

A investigação do Gaeco apura fraudes e pagamentos de propina a agentes políticos por intermédio do Programa Patrulha Rural, executado durante a primeira gestão de Beto Richa. Como o caso está sob sigilo, Leonir Batisti alega que não pode detalhar as suspeitas que recaem sob cada um dos citados. A ação foi deflagrada no mesmo dia em que a Lava Jato lançou a Operação Piloto, resultado de apurações sobre ilegalidades nas obras da PR-323. Neste caso, só houve determinação de buscas e apreensões na casa do ex-governador. "Piloto" era o codinome atribuído a Richa na planilha de propinas do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht.

CONTINUA

14 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Luiz Abi Antoun nega envolvimento em esquema

Isabela Fleischmann

Reportagem Local

O empresário Luiz Abi Antoun negou envolvimento em supostos pagamentos ilícitos a agentes públicos e lavagem de dinheiro durante o programa do governo estadual Patrulha no Campo, no período de 2012 a 2014. Primo do ex-governador Beto Richa (PSDB), o empresário prestou depoimento ao Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) na tarde desta quinta-feira (13), em Londrina. Ele está preso temporariamente na PEL I (Penitenciária Estadual de Londrina) desde terça-feira (11), com a deflagração da Operação Rádio Patrulha, do Gaeco de Curitiba. A investigação do MP (Ministério Público) apura direcionamento de licitação de adequações em estradas e máquinas rurais para beneficiar empresários. O depoimento foi prestado ao coordenador do Gaeco, o promotor Jorge Barreto da Costa.

Durante busca e apreensão na empresa de Antoun,

Alumpar Alumínios, o Gaeco encontrou R\$ 370.558,00 em espécie além de U\$ 2.700 e 80 euros. Celulares, documentos e computadores da residência do empresário e da Alumpar também foram levados para investigação.

No depoimento, ele afirmou que o dinheiro encontrado pertence à empresa e que não tem conhecimento dessas licitações. Segundo o advogado de Antoun, Antonio Mariano, o montante apreendido pelo Gaeco se trata de dinheiro de fluxo de caixa da empresa. "A empresa tem um faturamento alto, representa 10% do faturamento da empresa", disse. Conforme a defesa de Antoun, a Alumpar é de seus filhos e de um sócio.

O promotor explicou que mesmo que a empresa pertencesse aos filhos, Antoun é o procurador, ou seja "administra juntamente com o sócio essa empresa", expôs. "Isso é objeto de investigação, ainda é cedo para afirmar que a origem desse dinheiro é ilícita", afirmou o coordenador do Gaeco.

Para Barreto, Antoun seria

uma "espécie de ponte" entre empresários e agentes públicos para repasses de propina. "Não vou dizer líder porque as investigações apontam para a liderança de Beto Richa", alegou. Mas, embora Antoun conheça todos os empresários investigados na operação, Mariano negou qualquer contato do parente de Richa com os citados. "Não tem nada que ligue o Abi aos empresários", garantiu.

Mariano ainda alegou que o empresário respondeu todas as perguntas do coordenador do Gaeco e esclareceu todas as situações. "Não tem nada contra ele. Nada de gravação, nada em desfavor dele. Não vejo necessidade da prisão, ele nunca se furtou de responder nada", afirmou.

Corrupção ativa e passiva com eventual coautoria e lavagem de dinheiro são as hipóteses da investigação do Gaeco contra Antoun, de acordo com Barreto. O advogado de Abi pediu à Justiça de Curitiba a revogação da prisão temporária do empresário, já que, segundo ele, "não há acusação formal" e colaborou com as investigações.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

14 SET 2018

“Ele queria falar, respondeu todos os questionamentos do doutor Jorge Barreto de uma maneira muito calma e ficou tudo esclarecido”.

RELAÇÃO FRATERNAL

O advogado de Abi negou relações políticas do primo com o ex-governador do Paraná. “Com o primo ele tinha uma relação de família. Luiz viu o Beto nascer, ele gosta do Beto igual gosta de qualquer parente. Acho até que o Luiz nunca viu o Beto como governador, nem como político. É uma relação fraternal e não tinha nenhuma relação com o governo. Nunca teve”, garantiu Mariano.

Ainda segundo a defesa do empresário, um delator teria inventado “essa história” para prejudicar o ex-governador e acredita em uma perseguição a Antoun pelo seu parentesco com Richa. De acordo com Mariano, o empresário ajudava na campanha do ex-governador ao Senado como “qualquer parente ajudaria outro, de maneira tranquila”, e negou a participação em arrecadação para campanha. “Ele ajudava porque é primo, alugava caminhões, esse tipo de coisa”.

Jorge Barreto explicou que embora a investigação seja de fatos ocorridos há seis anos, no final do primeiro semestre de 2018 declarações prestadas por uma pessoa envolvida diretamente na ação teria culminado nas prisões e mandados de busca e apreensão.

Antoun já tinha sido denunciado pela Operação Vol-demort, do MP, há três anos, por suposta participação em esquema de fraude de uma licitação para manutenção da frota oficial do governo na região.

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

14 SET 2018

E a solidariedade?

Como preso Lula é ainda a maior figura da política brasileira e tem no entorno do cárcere aquele acampamento de solidariedade. Beto Richa, preso com a esposa, o irmão e mais alguns da equipe é a expressão clara da solidão. É verdade que muitos que o festejavam sistematicamente também estão presos, mas e os outros como o Traiano e o Rossoni por onde andarão?

Se nem os correligionários, da mesma equipe, aparecem estranha-se também a ausência dos que posam ritualisticamente nas horas festivas para as palmas, os abraços e até o ato de carregá-lo às costas. Um clima de melancolia adequado à recitação do drummondiano "E agora, José?", afinal, a noite chegou, mais de uma, a festa acabou.

Não, a festa não acaba. Esse pessoal não sai de cena e sempre terá defensores, seja na mais alta corte do Judiciário ou até mesmo no Ministério Público, tanto que o corregedor do órgão que lhe faz o controle externo, vai dar uma dura nos coleguinhas da Lava Jato.

Como é que pode o maior eleitor do Paraná, duas eleições para prefeito de Curitiba e duas para governador do Paraná, ambas em primeiro turno, vagar por aí e sem aquele rosto alegre e festivo substituído por uma expressão de personagem angustiado do cineasta Antonioni.

Convenhamos que as acusações contra Lula são mais abrangentes e que o juiz Sergio Moro para não prejudicá-lo transferiu as audiências do caso mais cabeludo do sítio de Atibaia e que se dariam em pleno andamento da campanha eleitoral. Convenhamos, porém, que se houve tudo isso que aparece na denúncia regional é de espantar que montando agências imobiliárias para lavagem de dinheiro ainda sobrasse tempo para atos de governo e tantas manifestações de amor pela causa pública.

Conflito

Conflito não há somente em relação ao Ministério Público, ante a intervenção da Corregedoria de controle externo, pois aqui o Ministério Público estadual em ação desenvolvida em 15 unidades federativas faz um censo dramático da mata atlântica, enquanto um levantamento do Instituto Ambiental do Paraná e Simepar conclui que há 30% de mata nativa. Em apenas quatro cidades do Paraná (Guarapuava, Prudentópolis, Pinhão e Inácio Martins) foram apuradas pela força tarefa do MP devastação de 618 hectares com apreensão de madeira, equipamentos, multas e prisões.

Debate

A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional local, vai fazer um debate entre os candidatos ao governo estadual. O plenário é de bacharéis e advogados militantes o que dá consistência ao bate-boca em ambiente adequadíssimo.

14 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

Dias Toffoli assume a presidência do STF

Mais jovem desde o Império a ocupar o posto, ministro defendeu o diálogo entre diferentes setores da sociedade



"Não somos mais nem menos que os outros Poderes", afirmou Toffoli

Brasília - Mais jovem ministro a assumir a presidência do STF (Supremo Tribunal Federal) desde o Império, o ministro Dias Toffoli, 50, disse nesta quinta-feira (13) que o País não está em crise - e sim em transformação -, pregou a harmonia entre os Poderes da República e frisou que o Judiciário não é nem mais nem menos que o Executivo e o Legislativo. O ministro também defendeu o diálogo entre diferentes setores da sociedade.

Toffoli comandará o tribunal até setembro de 2020, sucedendo à ministra Cármen Lúcia, cuja gestão foi marcada por

uma série de episódios turbulentos. O ministro assumiu uma cadeira no STF em 2009, nomeado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Não somos mais nem menos que os outros Poderes. Com eles e ao lado deles, harmoniosamente, servimos à Nação brasileira. Por isso, nós, juízes, precisamos ter prudência", pregou o ministro, afirmando que "é dever do Judiciário pacificar os conflitos em tempo socialmente tolerável". "Antes de tudo somos todos brasileiros. Vamos ao diálogo. Vamos ao debate plural e democrático", destacou.

"Não estamos em crise, estamos em transforma-

ção", disse o ministro, segundo quem a busca pela segurança jurídica em um mundo marcado pela transformação é o "desafio do Poder Judiciário" do século 21. O ministro considerou que "o jogo democrático traz incertezas", mas que a coragem de se submeter a essas incertezas "faz a grandeza de uma nação".

Ao falar por cerca de uma hora, Toffoli também exaltou a pluralidade e o respeito ao outro como a "essência da democracia".

CONTINUA

14 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“Viralizar a ideia do mais profundo respeito ao outro, da pluralidade e da convivência harmoniosa de diferentes opiniões, identidades, formas de viver e conviver uns com os outros”, destacou Toffoli, que terá o ministro Luiz Fux como vice-presidente em sua gestão. O novo chefe do Poder Judiciário também frisou que “o Poder que não é plural é violência”.

A fala de Toffoli foi embalada na expectativa de uma gestão que buscará resgatar a colegialidade do STF, amenizando as divisões internas da Corte e a crise entre os Poderes. “É a hora e a vez da cultura da pacificação e da harmonização social, do estímulo às soluções consensuais, à mediação e à conciliação”, disse.

“Não é à toa que não só no Brasil, mas nos Estados Unidos e em outras Supremas Cortes, as principais decisões são proferidas por maioria, e não por unanimidade. Em um colegiado, não existem vencedores e vencidos, nem vitórias ou derrotas”, argumentou Toffoli, que toma a presidência de um tribunal cujas votações vêm sendo marcadas por placares acirrados e também por decisões monocráticas de ministros em ações de grande impacto constitucional.

O perfil conciliador de Toffoli reflete a carreira profissional do ministro, que acumula experiência nos três Poderes. Antes de se assumir uma cadeira no Supremo, ele atuou no Executivo como advogado-geral da União no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (de 2007 a 2009) e no Legislativo como assessor Jurídico da Liderança do PT na Câmara dos Deputados (1995 a 2000).

14 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

Menos de 2% dos juizes brasileiros são negros, aponta CNJ

**Número avançou após o
estabelecimento de cota para
pretos e pardos em concursos
para cargos efetivos e de
ingresso na magistratura**

Marina Estarque
Folhapress

São Paulo - Apenas 1,6% dos magistrados brasileiros são pretos, segundo levantamento do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) divulgado nesta quinta-feira (13). Do total, 16,5% são pardos e 80,3%, brancos. Apenas 11% se declaram indígenas. A pesquisa Perfil Sociodemográfico dos Magistrados foi realizada com 11.348 magistrados ativos, cerca de 62% do total de juizes, desembargadores e ministros dos tribunais superiores do País. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 55% da população brasileira é de pretos e pardos.

O percentual de negros avançou desde o último levantamento realizado pelo CNJ, em 2013. Na época, pretos correspondiam a 1,4% dos magistrados. Pardos compunham 14,2% do total. Dois anos depois da primeira pesquisa, em 2015, o CNJ estabeleceu cota de 20% para

pretos e pardos em vagas dos concursos públicos para cargos efetivos e de ingresso na magistratura, no âmbito do Poder Judiciário.

O debate sobre racismo no Judiciário voltou à tona com o caso da advogada Valéria Lucia dos Santos, 48, almejada nesta segunda-feira (10) durante uma audiência no 3º Juizado Especial Cível de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro.

A advogada disse que sofre preconceito todos os dias no trabalho e que não se sente representada no Judiciário. "O Estado é racista, entendeu? Mas se eu falo isso é mimimi, é vitimismo.

Eu entro nas audiências e não me sinto representada. A gente está em minoria na estrutura institucional do Judiciário", afirmou.

A pesquisa do CNJ também mostra que os magistrados brasileiros são, em sua maioria, homens, brancos, católicos, casados e com filhos.

Mulheres representam 39% dos juizes titulares, mas o percentual cai com a progressão na carreira: elas são 23% dos desembargadores e 16% dos ministros dos tribunais superiores. As mulheres também progredem menos na carreira jurídica em comparação com eles. (Com Agência Estado)

14 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

Maioria dos juizes brasileiros é homem branco

Uma pesquisa realizada pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) mostra que o número de magistrados brasileiros pretos chega apenas a 1,6% da categoria. Do total, 16,5% são pardos e 80,3%, brancos. O estudo foi feito com 11.348 magistrados ativos, cerca de 62% do total de juizes, desembargadores e ministros dos tribunais superiores do Brasil.

O levantamento contou com a participação de 11.348 de um total de 18.168 magistrados ativos, um índice de resposta de 62,5%. Segundo o IBGE, 55% da população brasileira é de pretos e pardos. Na última pesquisa realizada pelo CNJ, de 2013, o número era menor e correspondia a 1,4%. Pardos compunham 14,2% do total.

66

*Pesquisa do CNJ
mostra que o número
de magistrados
brasileiros negros
chega apenas a
1,6% do total*

Dois anos depois da primeira pesquisa, em 2015, o CNJ estabeleceu cota de 20% para pretos e pardos em vagas dos concursos públicos para cargos efetivos e de ingresso na magistratura, no âmbito do Poder Judiciário.

A pesquisa do CNJ também mostrou que os magistrados brasileiros são, em sua maioria, homens, brancos, católicos, casados e com filhos. As mulheres representam apenas 38% do total.

A pesquisa foi divulgada na semana em que o debate

sobre racismo no Judiciário ganhou voz com o caso da prisão da advogada Valéria Lucia dos Santos, 48, algemada na última segunda-feira (10) durante uma audiência no 3º Juizado Especial Cível de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro.

Santos disse à imprensa que sofre preconceito todos os dias no trabalho e que não se sente representada no Judiciário, justamente, segundo ela, porque as mulheres negras são minoria na estrutura institucional do Judiciário.

O estudo é importante, mas não pode parar na coleta de dados. O CNJ precisa ir mais a fundo na pesquisa e entender os motivos que levam a essa grande diferença. Será que ela é observada em outras carreiras? O que fazer para diminuir a desproporção?

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Morreu o jornalista

Antonio Claret de Rezende

Antonio Claret de Rezende, advogado e jornalista, nascido em 16 de julho de 1940, na cidade de Pouso Alegre, Minas Gerais, faleceu nesta quinta-feira. Claret era casado com Tereza Hatue Rezende e deixa os filhos Letícia, Beatriz e Marcos.

Com perfil vanguardista, Claret que foi o primeiro jornalista do Paraná a dedicar-se integralmente à cobertura do meio diplomático, produziu por muitos anos a coluna "Mala Diplomática" neste Diário Indústria&Comércio. Atualmente se dedicava a publicação online do "Diplomacia & Turismo", produzindo farto noticiário sobre embaixadas, consulados, turismo e gastronomia. Sócio-fundador e ex-diretor da revista Panorama do Turismo.

Como jornalista trabalhou ainda para a Folha de Londrina, o Estado do Paraná, CNT, DI&C, algumas rádios, entre outros veículos. Trabalhou na Assembleia Legislativa do Paraná, na Casa Civil do governo do PR, ao tempo do secretário Milton Menezes, que tinha sido prefeito de Londrina, assessorou governadores, entre os quais Emílio Gomes e José Hosken de Novaes, do qual era grande amigo. Foi ainda secretário de Administração da Prefeitura de Campo Largo.

Por sua atuação, entre tantos prêmios, Claret recebeu a honraria Ordem do Sol Nascente, conferida pelo imperador Akihito, do Japão.

Claret foi presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo | Abrajt-PR, por dois mandatos. O último encerrado em 2018.

FOLHA DE LONDRINA

Militão

●● É com grande pesar que estamos registrando o falecimento do jornalista e advogado Antonio Claret de Resende, ocorrido nesta quinta (13) em Curitiba. Foi vítima de AVC e esteve internado alguns dias na capital, onde será sepultado nesta sexta (14). Claret estudou e foi formado pela Faculdade Estadual de Direito, no Hugo Simas. Trabalhou na FOLHA no final dos anos 1950 e durante todo o ano 60 e um pouco mais. Quando o vice-governador José Hosken de Novaes, ex-prefeito de Londrina, assumiu o governo do Paraná, com a saída de Ney Braga, Claret tornou-se o seu principal assessor e confidente. Era em quem Hosken mais confiava. Claret era mineiro e deixou viúva a professora Tereza, com quem se casou em Londrina. Os dois dirigiam a revista Diplomacia & Turismo. Deixa três filhos e netos. Que Deus o tenha. Era um amigo leal.

14 SET 2018



14 SET 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Início de prescrição intercorrente dispensa decisão judicial, define STJ

A contagem da prescrição intercorrente prevista na Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/80) começa automaticamente na data da ciência da Fazenda a respeito da não localização do devedor ou seus bens. Ou seja, não é necessária uma nova decisão judicial para suspender o processo por um ano para que a Fazenda busque bens do devedor.

A decisão é da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça ao definir, sob o rito dos recursos repetitivos, como deve ser aplicado o artigo 40 e parágrafos da Lei de Execução Fiscal quanto à contagem da prescrição intercorrente (ou seja, depois de ação ser proposta). A decisão afetará cerca de 20 milhões de execuções fiscais.

Prevaleceu o voto do relator, ministro Mauro Campbell

Marques. O julgamento, que teve início em 2014, foi encerrado somente nesta quarta-feira (12/9) com os votos dos ministros Og Fernandes e Gurgel de Faria, que acompanharam o relator.

A divergência no colegiado se deu em relação às teses sugeridas pelo relator. A ministra Assusete Magalhães defendeu que o Judiciário fizesse um despacho que determine a suspensão. O voto foi acompanhado pelos ministros Herman Benjamin e Sérgio Kukina.

Recurso da Fazenda

O caso em debate chegou ao STJ após a Fazenda Nacional recorrer de decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que reconheceu de ofício a prescrição intercorrente e extinguiu a execução fiscal com base no artigo 40, parágrafo 4º, da lei.

A Fazenda Nacional argumentou que houve violação desse artigo, uma vez que não transcorreu o prazo de cinco anos exigido para a configuração da prescrição intercorrente, já que o TRF-4 considerou como data para início da prescrição o momento em que foi determinada a suspensão do processo por 90 dias.

Segundo o Fisco, a falta de intimação da Fazenda quanto ao despacho que determina suspensão da execução fiscal, ou arquivamento, bem como a falta de intimação para sua manifestação antes da decisão que decreta a prescrição intercorrente não acarreta nenhum prejuízo à exequente, tendo em vista que ela pode alegar possíveis causas suspensivas ou interruptivas do prazo prescricional a qualquer tempo.

14 SET 2018

FOLHA DE S. PAULO

No meio da crise, folha de pagamento de todo Judiciário cresce R\$ 8,1 bi

Enquanto economia do país encolhe 5,6%, entre 2014 e 2017,
gasto desse Poder cresce 11% acima da inflação

Anaís Fernandes
e William Castanho

SÃO PAULO O gasto de todo o Poder Judiciário brasileiro com folha de pagamento cresceu 11% (ou R\$ 8,1 bilhões) de 2014, ano que marca o início da crise econômica, a 2017. No mesmo período, a economia do país se retraiu 5,6%.

A despesa com salários, benefícios e penduricalhos na Justiça subiu acima da inflação, mostra o relatório Justiça em Números 2018, do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

O documento reúne dados das Justiças Estaduais, Federal, do Trabalho e Militar e dos tribunais estaduais, regionais e superiores, exceto o STF (Supremo Tribunal Federal).

No ano passado, a remuneração custou R\$ 82,2 bilhões ao país e bateu recorde. O montante representa 90,5% do Orçamento do Judiciário, distribuído a 449,9 mil funcionários.

Há quatro anos, os gastos de ministros, desembargadores, juízes, trabalhadores terceirizados, estagiários e outros auxiliares da Justiça foram de R\$ 74,1 bilhões, atualizados pela inflação.

“A Justiça brasileira tem uma enorme autonomia administrativa e financeira. Diversas decisões sobre gastos do Poder Judiciário são tomadas

pelos próprios magistrados, como abertura de concursos e algumas verbas indenizatórias”, diz Luciano da Ros, professor do Departamento de Ciência Política da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

De 2014 a 2017, municípios, estados e União reduziram o consumo do governo —gastos com salários, serviços e bens que asseguram o funcionamento da máquina pública.

A queda por três anos consecutivos, de 2015 a 2017, em razão da crise, entre outros fatores, tem impacto no crescimento do país.

O PIB teve alta de 0,5% em 2014. Nos dois anos seguintes, houve encolhimento de 3,5%. No ano passado, ao sair da recessão, o Brasil cresceu 1%.

A Justiça, no entanto, aumentou seus gastos totais e com a folha ano após ano.

Os recursos destinados ao pessoal cresceram 4,9% em 2017 em relação ao ano anterior. Em 2016, auge da crise, quando o país se retraiu pelo segundo ano seguido, o Judiciário registrou 1,2% de alta com salários, benefícios e penduricalhos.

Todo o Orçamento do Judiciário alcançava 1,2% do PIB há quatro anos. No ano passado, essa relação chegou a 1,4%.

“Se isso já é bastante difícil de conceber em tempos de normalidade, em momentos de crise chega a ser uma afronta ao interesse público ter cada vez mais recursos e o PIB cada vez mais comprometido com o funcionamento de um sistema de Justiça tão pouco transparente”, diz Luciana Zaffalon, doutora em administração pela FGV, que estuda o tema, e coordenadora-geral do Ibccrim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais).

Com o reajuste pleiteado pelos ministros do Supremo, de 16,38% em 2019, os gastos tendem a subir nos próximos anos, o que pode levar ao descumprimento do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior. A medida precisa ser aprovada pelo Congresso.

Um magistrado da mais alta corte recebe hoje R\$ 33,8 mil e, com o aumento, passará a ganhar R\$ 39,3 mil. A remuneração desses ministros fixa o teto para todo o funcionalismo do Judiciário.

CONTINUA

14 SET 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“Se fosse só para aumentar os salários dos ministros do STF, o impacto seria nulo. O problema é disparar o efeito em cascata. É mais uma ameaça ao teto de gastos, mas já são tantas que parece que ninguém mais está se preocupando com a vedação”, diz José Roberto Afonso, pesquisador do IBRE/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) e professor do IDP (Instituto Brasiliense de Direito Público).

O relatório do CNJ justifica o crescimento dos gastos do Judiciário. “Ressalte-se que, nos últimos seis anos (2011-2017), o volume processual também cresceu em proporção próxima às despesas, com elevação média de 3,4% ao ano”, informa o anuário.

Gustavo Fernandes, professor do Departamento de Gestão Pública da EAESP-FGV (Escola de Administração de Empresas de São Paulo), explica que o fato de os gastos com pessoal dominarem a maior parte das despesas do Judiciário é inerente ao Poder.

Ele ressalta, no entanto, que há pressão estrutural às contas da Justiça, como aumentos vinculados ao tempo de serviço e não à produtividade dos funcionários. Na regra do quinquênio, por exemplo, servidores ganham, a cada cinco anos, um acréscimo de 5% sobre o valor dos vencimentos.

“A regra surgiu para acabar

com favorecimentos duvidosos, mas, para isso, todo mundo sobe. A cada alguns anos, um bloco de funcionários ganha aumento, é uma progressão inercial das despesas”, diz.

No ano passado, o volume de ações ainda pendentes de julgamento chegou a 80,1 milhões. Só em 2017, 29,1 milhões de novos processos foram ajuizados em todo o país.

De acordo com o relatório, os 18,2 mil magistrados brasileiros julgaram em média 1.819 processos por ano —7,2 processos por dia. Em 2016, foram 1.761 por ano, alta de 3,3%.

“O número de processos acumulados não mostra que a Justiça presta seu serviço de maneira qualificada e eficiente. Apesar disso, o investimento é cada vez maior na Justiça, é uma equação que não fecha”, diz Zaffalon.

Procurados, o CNJ, a Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) e a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) não comentaram.

Benefícios superam gastos com estagiário e terceirizado

O total de benefícios e penduricalhos pagos a servidores e magistrados do Judiciário brasileiro supera o volume de recursos para remunerar

terceirizados e estagiários.

Segundo o relatório Justiça em Números 2018, benefícios como auxílio-alimentação e saúde, entre outros, custaram R\$ 5,6 bilhões em 2017.

Penduricalhos —verbas indenizatórias sobre às quais não incidem impostos— consumiram R\$ 2,8 bilhões. Foram recursos destinados para auxílio-moradia, diárias, passagens.

Esses pagamentos adicionais aos servidores públicos do Judiciário somaram R\$ 8,4 bilhões no ano passado, enquanto terceirizados e estagiários receberam R\$ 4,1 bilhões ao todo.

Em 2017, os 290,3 mil servidores e magistrados ficaram ainda com mais R\$ 69,9 bilhões do total do dinheiro reservado para folhas de pagamento.

Os 72 mil terceirizados custaram R\$ 3,5 bilhões no mesmo período, enquanto os 67 mil estagiários receberam R\$ 673 milhões em bolsas.

Segundo o relatório, por mês, “a despesa média do Poder Judiciário por magistrado foi de aproximadamente R\$ 48,5 mil; por servidor, R\$ 15,2 mil; por terceirizado foi de R\$ 4,1 mil e por estagiário, R\$ 828,76”.

Só o auxílio-moradia custa R\$ 4.377 por mês. A constitucionalidade do auxílio está sob análise da do STF (Supremo Tribunal Federal), enquanto se discute o reajuste dos salários dos ministros para 2019.

CONTINUA

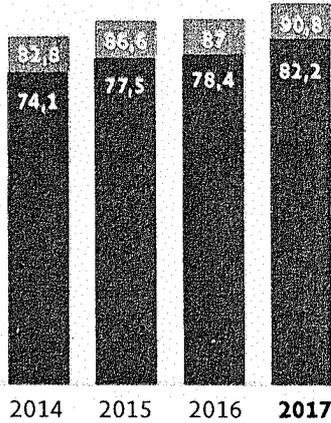
FOLHA DE S. PAULO 14 SET 2018

CONTINUAÇÃO

**Apesar de crise,
Justiça mantém gastos
em alta**

Despesas do Judiciário brasileiro, em R\$ bilhões

■ Total das despesas
■ Gasto com folha de pagamento



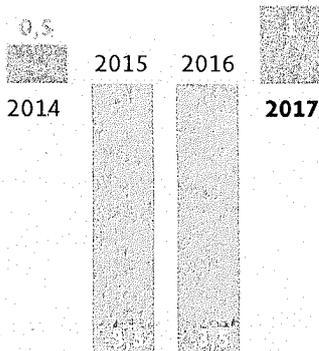
8 bilhões

É o crescimento real, acima da inflação, do Orçamento da Justiça brasileira acumulado entre 2014 e 2017

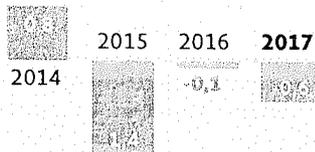
8 bilhões

É o crescimento real, acima da inflação, gasto com folha de pagamento por todo o Judiciário entre 2014 e 2017

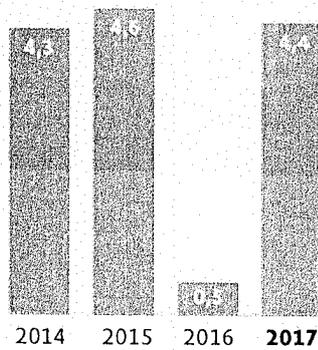
Crescimento do gasto total do Judiciário x crescimento do PIB, em %



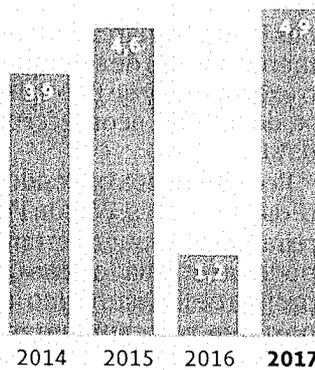
Evolução do consumo do governo no PIB (municípios, estados e União) com salários e contratação de bens e serviços, em %



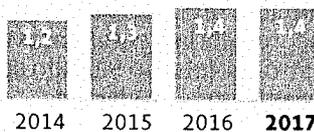
Evolução das despesas do Judiciário, em %



Evolução dos gastos do Judiciário com RH, em %



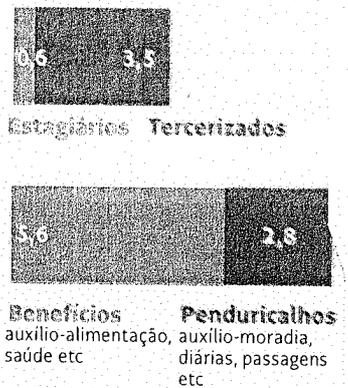
Gastos do Poder Judiciário, em % do PIB



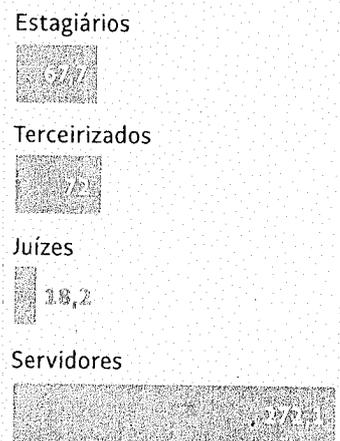
Fonte: Justiça em Números/CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Em 2018, gasto com benefícios e penduricalhos superam salários de terceirizados e estagiários

Em R\$ bilhões



Em milhares



Fonte: Justiça em Números/CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

14 SET 2018

FOLHA DE S. PAULO

Toffoli defende tolerância ao assumir o STF

Ministro fez seu primeiro discurso como presidente do Judiciário citando de filósofa Hannah Arendt a verso de Cazuzza

BRASÍLIA O novo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Dias Toffoli, destacou o respeito às diferenças e a necessidade do diálogo em seu primeiro pronunciamento à frente do Judiciário, temas presentes nos diversos discursos da cerimônia de posse realizada na quinta-feira (13).

Descrito por colegas como conciliador, Toffoli deu esse tom a seu discurso, com referências do mundo acadêmico e da cultura pop. As muitas citações foram da pensadora Hannah Arendt (1906-75) aos compositores Renato Russo (1960-96) e Cazuzza (1958-90).

“Plurais são e devem ser os tribunais, com a natural convivência, em seu seio, de juízes com concepções de mundo e de direito diversas. [...] Não é à toa que não só no Brasil, mas nos Estados Unidos e em outras supremas cortes, as principais decisões são proferidas por maioria, e não por unanimidade. Em um colegiado, não existem vencedores e vencidos, nem vitórias ou derrotas”, afirmou.

Toffoli conclamou os mais diversos grupos sociais ao diálogo, defendeu o fim de preconceitos e enfatizou o mandamento constitucional de que deve haver harmonia entre os Poderes.

Toffoli assume o comando do Supremo em um momento de protagonismo do Judiciário, polarização política e às vésperas das eleições.

“É dever do Judiciário pacificar os conflitos em tempo socialmente tolerável. Já

dizia Cazuzza, ‘Porque o tempo, o tempo não para. É a hora e a vez da cultura da pacificação e da harmonização social, do estímulo às soluções consensuais, à mediação e à conciliação’”, afirmou.

O tema da conciliação e da mediação é caro ao ministro. Quando foi advogado-geral da União (2007-09), no governo Lula, ele criou as câmaras de conciliação no órgão — fato lembrado por seu colega Luís Roberto Barroso, convidado para discursar na posse.

No início de sua fala, Barroso afirmou que a democracia não é um regime de consenso, mas de resolução das diferenças no plano institucional. E disse que, apesar de às vezes divergir de Toffoli, ambos trabalham para a resolução dos conflitos de modo democrático.

No mundo jurídico, Barroso é apontado como “linha dura” na área criminal, sendo por vezes chamado de punitivista. Toffoli, por outro lado, é apontado como garantista. Foi dele a iniciativa de, em junho, soltar o ex-ministro José Dirceu, que cumpria pena após ser condenado em segunda instância na Lava Jato.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, também enfatizou a necessidade de se respeitar divergências: “A autoridade de uma corte é alcançada quando as várias vozes se fazem uma”.

“A tão desejada e indispensável conciliação nacional só se dará pela via da ética, que é

pautada pela moderação, sem a qual não há diálogo”, afirmou, na mesma linha, o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Claudio Lamachia.

O novo presidente do Supremo se emocionou e emocionou a plateia ao final de seu discurso, que durou uma hora e cinco minutos, quando agradeceu aos familiares e a seu irmão José Eduardo, que tem síndrome de Down e foi até ele no plenário sob aplausos dos presentes.

**Reynaldo Turolo Jr.,
Letícia Casado, Gustavo
Uribe e Talita Fernandes**

14 SET 2018

FOLHA DE S. PAULO

Sem mordaza

São pertinentes as dúvidas levantadas quanto a ações abertas contra políticos no período eleitoral; Ministério Público deve aprimorar procedimentos

Policiais, procuradores e juízes não estão imunes a preferências ideológicas, a pressões políticas ou à tentação dos holofotes; denúncias e operações que atinjam candidatos a cargos eletivos podem interferir na disputa e suscitar dúvidas quanto à isenção das autoridades.

Por mais de um motivo, o tema se mostra especialmente delicado num país em que o aparato investigativo e judicial assumiu insólito protagonismo a partir dos extraordinários feitos — que não deixaram de inspirar equívocos e abusos — da Operação Lava Jato.

Não são descabidas, nesse contexto, as preocupações que permeiam a iniciativa do corregedor-geral do Conselho Nacional do Ministério Público, Orlando Rochadel, de questionar ações recentes contra Geraldo Alckmin (PSDB) e Fernando Haddad (PT), presidenciais, e Beto Richa, tucano que concorre ao Senado pelo Paraná.

Alckmin se tornou alvo de ação de improbidade administrativa em 5 de setembro, sob acusação de aceitar dinheiro da Odebrecht, pelo caixa dois, na campanha vitoriosa ao governo paulista de 2014.

Haddad foi denunciado três vezes neste ano, a última delas no dia 3, por suposto recebimento de propina da UTC para pagamento de dívidas oriundas da disputa de 2012 pela Prefeitura de São Paulo.

No episódio mais dramático, Richa, ex-governador, foi preso em

caráter temporário na terça-feira (11), em operação que apura fraudes num programa de obras públicas conduzido entre 2012 e 2014.

Em hipótese alguma se devem censurar, a priori, os promotores responsáveis. Convém assinalar que os casos passaram pelo crivo do Judiciário — e que, nesta fase, cumpre favorecer a acusação, pelo interesse da sociedade.

Entretanto são pertinentes as dúvidas levantadas a respeito do intervalo temporal entre fatos investigados, depoimentos colhidos e apresentação das denúncias.

Esclarecê-las, por si só, não equivale a submeter-se a uma “mordaza”, ou “tentativa indevida de constranger o Ministério Público” — palavras de nota divulgada por procuradores da Lava Jato.

Decerto existe, no meio político e na máquina estatal, quem queira encabrestar a ofensiva de combate à corrupção. Tais forças, felizmente, não têm obtido êxitos notáveis.

Nada disso é impeditivo para que as próprias instituições envolvidas, o Ministério Público em particular, busquem mecanismos de autocontrole e transparência compatíveis com o vasto poder a elas conferido pela Constituição de 1988.

Deseja-se, claro, que promotores e procuradores atuem com altivez e independência. Isso não os exime, no entanto, da prestação de contas e da atenção a limites no exercício de sua autoridade.

14 SET 2018

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

STJ nega pedido de habeas corpus de Beto Richa

CURITIBA O STJ (Superior Tribunal de Justiça) negou nesta quinta (13) pedido de habeas corpus do ex-governador do Paraná, Beto Richa (PSDB) e de sua mulher, Fernanda Richa, detidos temporariamente. Antes, o Tribunal de Justiça do Paraná já havia negado pedido de liberdade do tucano.

Eles são suspeitos de fraude a licitação de um programa de manutenção e abertura de estradas rurais no estado, entre 2012 e 2014, e de desvio de recursos para enriquecimento pessoal. Em nota, Richa disse ter a consciência em paz e que, "no devido tempo, a verdade sempre se impõe".

PAINEL DO LEITOR

Promotores investigados

Investigar promotores é pôr um freio na politização surreal da Justiça. É mostrar que os promotores não são os mandatários da nação, que não foram eleitos para legislar e que não podem criminalizar indiscriminadamente a política. O Ministério Público está se tornando um poder paralelo e arbitrário. Precisam, sim, ser regulados e até mesmo investigados quanto às motivações políticas de suas denúncias ("Corregedoria investigará promotores de casos de Haddad, Alckmin e Richa", Eleições 2018, 13/9).
Marlise Santos (Porto Alegre, RS)

A lei eleitoral não impede o oferecimento da denúncia [contra candidatos]. Corregedor, se amanhã ou depois a denúncia for arquivada por absoluta falta de provas, aí sim, faça a investigação. Até lá, deixe a ação correr.

Neli Faria (São Paulo, SP)

DE FORA Na primeira reação ao pedido de investigação de promotores de casos contra políticos em campanha eleitoral, procuradores da Lava Jato martelaram que Luiz Fernando Bandeira de Mello, que propôs a averiguação, era o "representante do Senado" no CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público).

DE DENTRO A situação complicou depois que o corregedor Orlando Rochadel concordou com o pedido de Mello e abriu a investigação: ele foi indicado para o cargo pelo Ministério Público.

DUAS VEZES Rochadel tem longa carreira no Ministério Público de Sergipe. Para chegar ao CNMP, foi eleito pelos promotores do estado. Depois, foi escolhido pelo Conselho Nacional de Procuradores Gerais, integrado por representantes de todo o país.

A MAIORIA Ainda assim, a possibilidade de promotores que abriram ações contra Fernando Haddad, Geraldo Alckmin e Beto Richa serem punidos pelo CNMP é remota. O MP tem oito dos 14 votos do colegiado.

TIROTEIO

“É oportuno um ‘basta!’ no exercício de funções essencialmente políticas por uma parcela do Ministério Público

De **Gilson Dipp**, ministro aposentado do STJ, sobre apuração do Conselho Nacional do MP com foco no timing de atos contra políticos

14 SET 2018

TRIBUNA DO PARANÁ

SEGUEM PRESOS

Ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça, indeferiu pedido de habeas corpus de Beto Richa e Fernanda

Eriksson Denk
Gazeta do Povo

A ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou um habeas corpus ao ex-governador Beto Richa (PSDB), preso desde a última terça-feira no Regimento da Polícia Montada, no Tarumã, em Curitiba. O texto da liminar ainda não foi divulgado e deve ser publicado apenas no dia 17. Ela também indeferiu pedido feito pela ex-primeira-dama Fernanda Richa.

Laurita Vaz foi quem negou, de uma só vez, em julho, 143 habeas corpus que pediam a liberdade do ex-presidente Lula (PT). Foi ela também que, um ano antes, havia concordado com o benefício da prisão domiciliar ao ex-médico Roger Abdelmassih, condenado a 278 anos de prisão pelo estupro de 37 pacientes em sua clínica de reprodução humana.

O desembargador Laertes Ferreira Gomes, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), havia negado habeas corpus para libertar o casal Beto e Fernanda Richa nesta quarta-feira (12). Na decisão, o magistrado afirmou que a prisão é necessária para evitar que eles e os demais detidos deturpem a investigação que está em curso, orientando testemunhas e destruindo ou alterando documentos.

Ele ainda justificou que, apesar de os fatos terem ocorrido há alguns anos, "seus efeitos são contemporâneos, e ao que tudo indica as práticas criminosas ainda se perpetuam mediante o recebimento de proveitos da empreitada criminosas". "Mostra-se inevitável a adoção de medidas amargas que cessem a cadeia delitiva e sirvam de referência aos que tratam com desprezo às instituições públicas, sempre acreditando na impunidade", afirmou.

Se entregou

O ex-secretário de Assuntos Estratégicos do Paraná Edson Casagrande se entregou no fim da tarde de ontem, dois dias depois dos policiais e agentes do Grupo Especial de Combate à Corrupção e Crime Organizado (Gaeco) cumprirem os mandados de prisão expedidos pelo juiz Fernando Fischer, da 13ª Vara Criminal de Curitiba, na Operação Rádio Patrulha. O empresário Joel Malucelli segue foragido na Itália - é o único da lista ainda não encontrado pelas autoridades. Todos os envolvidos negam as acusações.

Casagrande chegou ao Gaeco às 17h40 em um Hyundai Santa Fé, acompanhado de seus advogados, de onde seguiria para o Complexo Médico Penal (CMP). Os

mandados de prisão temporária (duração de cinco dias) constam no mesmo pedido que levou à prisão o ex-governador Beto Richa (PSDB), a ex-secretária, de Desenvolvimento Social Fernanda Richa (PSDB), mulher dele, e Pepe Richa (PSDB), irmão do ex-governador e ex-secretário de Infraestrutura e Logística. Os três estão presos no Regimento da Polícia Militar e outros quatro investigados estão no Complexo Médico Penal, em Pinhais, para onde Casagrande foi levado.

As suspeitas do Gaeco recaem sobre o programa Patrulha do Campo, que licitou R\$ 67,3 milhões em aluguel de equipamentos para manutenção de trechos dos 99,4 mil quilômetros de estradas rurais do Paraná. O esquema alcançou mais de R\$ 70 milhões, segundo os promotores. O suposto esquema foi revelado pelo ex-deputado estadual Tony Garcia, que fechou delação premiada em âmbito estadual com anuência dos procuradores do Ministério Público Federal.

As prisões cumpridas na última terça-feira vencem às 23h59 de amanhã. As demais começam a contar a partir do momento da prisão.

TRIBUNA DO PARANÁ

PROIBIDO FECHAR

A Justiça do Paraná, por meio da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Curitiba, atendeu pedido formulado pelo Ministério Público do Paraná e concedeu uma liminar proibindo a prefeitura de fechar sete Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e quatro Unidades de Atendimento, conforme tinha anunciado. O pedido foi feito em ação civil pública ajuizada pela 1ª Promotoria de Justiça da Criança e do Adolescente de Curitiba contra a Fundação de Ação Social (FAS) e o município de Curitiba, buscando suspender a decisão do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) que autorizou o fechamento.

Pela decisão judicial, os réus estão proibidos de extinguir os equipamentos e de reduzir o quadro de profissionais que neles trabalham e os serviços prestados, além de “praticar qualquer outra conduta destinada ao desmantelamento e/ou esvaziamento dos respectivos serviços públicos, no que concerne ao atendimento de crianças e adolescentes”.

Unidades impactadas

Os sete Cras cujo fechamento havia sido anunciado são os seguintes: Sambaqui (Regional Bairro Novo), Vila Hauer (Regional Boqueirão), Arroio (Regional Cidade Industrial de Curitiba), Jardim Gabinete (Regional Cidade Industrial de Curitiba), Butiatuvinha (Regional Santa Felicidade), Portão (Regional Portão) e Santa Rita (Regional Tatuquara). Já as Unidades de Atendimento são: Autódromo (Regional Cajuru), São José do Passaúna (Regional Cidade Industrial), Terra Santa (Regional Tatuquara) e São Fernando (Regional Santa Felicidade).

14 SET 2018

14 SET 2018

BEMPARANÁ

STJ rejeita novo habeas corpus de Richa e Fernanda

Ministra Laurita Vaz mantém decisão de negar liberdade a ex-governador e esposa

Narley Resende

A ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça, rejeitou ontem pedido de habeas corpus da defesa do ex-governador e candidato ao Senado, Beto Richa (PSDB) e de sua esposa, a ex-secretária da Família, Fernanda Richa, presos desde a última terça-feira, na operação "Rádio Patrulha", do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público estadual, que investiga suspeita de fraudes em obras de estradas rurais. A íntegra da decisão só deve ser divulgada no dia 17. Na noite de quarta-feira, o mesmo pedido para libertar o tucano e sua mulher já havia sido negado pelo desembargador Laertes Ferreira Gomes, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). A defesa do tucano recorreu então ao STJ.

A prisão temporária é válida por cinco dias, podendo ser prorrogada por mais cinco ou convertida em preventiva, sem prazo. Na decisão de quarta-feira, o desembargador do TJ afirmou que as prisões são necessárias para evitar que eles e os demais detidos deturpem a investigação "orientando testemunhas e destruindo ou alterando documentos". Richa e Fernanda são acusados de participar de um esquema que teria desviado mais de R\$ 70 milhões através de fraude em licitações do programa "Patrulha do Campo", de obras de melhorias em estradas rurais. Eles negam as acusações. As denúncias foram baseadas nas declarações do ex-diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR), Nelson Leal Júnior e do ex-deputado estadual Tony Garcia.



Fernanda e Beto Richa: prazo de prisão preventiva termina amanhã

Laurita Vaz negou, de uma só vez, em julho, 143 habeas corpus que pediam a liberdade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Um ano antes, havia concordado com o benefício da prisão domiciliar ao ex-médico Roger Abdelmassih, condenado a 278 anos de prisão pelo estupro de 37 pacientes em sua clínica de reprodução humana.

Um dos três filhos do casal, André Richa, também investigado na Operação Rádio Patrulha, prestou depoimento ontem na sede do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco). O irmão de Beto, o ex-secretário de Infraestrutura, José Pepe Richa, que também está preso prestou depoimento por volta das 15 horas. Beto e Fernanda que inicialmente deviam ser ouvidos ontem, devem depor hoje.

Transferido - Além de Beto e Fer-

nanda, Pepe Richa também foi transferido, ontem, para o Regimento da Polícia Montada, no bairro Tarumã, em Curitiba. Os outros 12 presos na operação estão no Complexo Médico-Penal, em Pinhais (região metropolitana de Curitiba), na Galeria 6, conhecida por abrigar presos da Lava Jato.

Estão entre os presos pelo Gaeco o ex-secretário Ezequias Moreira, o ex-diretor Geral da Secretaria de Infraestrutura Aldair Petry, o empresário Celso Frare, da empresa Ouro Verde, e o contador Dirceu Pupo. Também foram alvos de mandados de prisão, Edson Casagrande, ex-secretário de Assuntos Estratégicos, e o empresário Joel Malucelli. Casagrande se entregou hoje. Na terça-feira, Malucelli alegou estar em viagem à Itália e que ele aguardaria orientação de seus advogados.

14 SET 2018

BEMPARANÁ

Delator diz ter entregue R\$ 220 mil

No pedido de autorização para dar início à Operação Radio Patrulha, o Ministério Público do Paraná afirmou que Beto Richa chefiou um esquema que desviou R\$ 70 milhões do Programa Patrulha do Campo, entre 2012 e 2014. A operação é baseada em horas de gravações e grampos telefônicos, a partir da delação premiada do empresário e ex-deputado Tony Garcia, amigo de infância de Richa, que confessou ser um dos responsáveis por arrecadar propina no esquema.

Em entrevista ao jornal 'O Estado de São Paulo' publicada ontem, Garcia disse que Beto Richa arrecadou "R\$ 400 milhões, R\$ 500 milhões, fácil" ao longo da carreira política. "Do-

ação de campanha e propina é uma coisa só. (...) Não existe almoço de graça. Se alguém está fazendo alguma coisa, ... Eles combinaram previamente que o preço que eles colocariam na Patrulha daria para eles tirarem 8% do bruto e passar a título de contribuição de campanha, título disso ou daquilo outro. Você usa o dinheiro para o que você quiser", disse.

Garcia detalhou encontros e desavenças que teve com Ezequias Moreira e Luiz Abi Antoun, primo de Richa, e disse ter entregue R\$ 220 mil ao ex-governador na casa do tucano. "Um dia eu fui entregar para o Ezequias, ele não quis receber, porque falou que o Luis Abi ficava fazendo confusão. O Beto

não queria que entregasse mais para o irmão dele e nem para o Luis Abi, queria para o Ezequias. (...) Liguei para o Beto e fui na casa dele. Ele ficou bravo comigo porque eu levei dinheiro lá: 'você está louco, a Fernanda está aqui, você vai deixar dinheiro aqui em casa? Você é louco de trazer aqui'. Eu falei que não ia ficar com aquilo. Ele não quis ficar, eu fui na casa do Pepe e deixei lá", disse. "O PT tem pixuleco e o PSDB tem tico-tico. Quando o Beto falou isso para mim, é porque eles atrasavam as faturas. O combinado era o seguinte: a partir do momento que pagasse uma fatura, em 10 dias se arrumava, se precisava para fazer os 8% dinheiro", disse.

14 SET 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Toffoli assume como presidente do STF

Ministro é o mais jovem a assumir o comando da Suprema Corte do País; para ele, Nação não está em crise, mas em transformação

BRASÍLIA

Mais jovem ministro a assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) desde o Império, José Antonio Dias Toffoli, 50 anos, disse ontem que o País não está em crise – e sim em transformação. Ele pregou a harmonia entre os Poderes, frisou que o Judiciário não é “nem mais nem menos” que o Executivo e o Legislativo, defendeu o diálogo entre diferentes setores da sociedade e destacou que os juízes precisam ter “prudência” e saber se comunicar melhor com a população.

Escolhido por Toffoli para fazer o discurso de abertura na solenidade, o ministro Luís Roberto Barroso disse que o Brasil vive um momento “abalado por tempestade política, econômica e ética”, mas também de “refundação”. “Parte das elites brasileiras milita no tropicalismo equívoco de que corrupção ruim é a dos adversários, dos que não servem aos seus interesses. Mas se for dos parceiros de pôquer, de mesa e de salões, o problema não é grave”, disse.

Entre as autoridades presen-

• Poderes

“Não somos mais nem menos que os outros Poderes. Com eles e ao lado deles, harmoniosamente, servimos à nação brasileira. Por isso, nós, juízes, precisamos ter prudência. Não estamos em crise, estamos em transformação.”

José Antonio Dias Toffoli

PRESIDENTE DO STF

tes à solenidade estavam políticos investigados no próprio STF, como o presidente Michel Temer, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), além dos ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Minas e Energia) e o senador Ciro Nogueira (PP-PI), alvo de um novo inquérito instaurado na terça-feira pelo ministro Edson Fachin.

Toffoli comandará o STF até setembro de 2020, sucedendo à ministra Cármen Lúcia, cuja gestão foi marcada por uma série de episódios turbulentos que aprofundaram as divisões internas da Corte. O ministro assumiu uma cadeira no Supremo em 2009, nomeado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), atualmente condenado e preso no âmbito da Lava Jato.

“Não somos mais nem menos que os outros Poderes. Com eles e ao lado deles, harmoniosamente, servimos à nação brasileira. Por isso, nós, juízes, precisamos ter prudência”, pregou Toffoli, afirmando que “é dever do Judiciário pacificar os conflitos em tempo socialmente tolerável”. “Antes de tudo somos todos brasileiros. Vamos ao diálogo. Vamos ao debate plural e democrático.”

“Não estamos em crise, estamos em transformação”, disse o ministro. Para ele, a busca pela segurança jurídica em um mundo marcado pela transformação é o “desafio do Poder Judiciário” do século XXI. O ministro considerou que “o jogo democrático traz incertezas”, mas que a coragem de se submeter a essas incertezas “faz a grandeza de uma nação”.

Ao discursar por cerca de uma hora, Toffoli também exaltou a pluralidade e o respeito ao outro como a “essência da democracia”, conforme antecipado no último sábado pela *Coluna do Estadão*.

“Viralizar a ideia do mais profundo respeito ao outro, da pluralidade e da convivência harmoniosa de diferentes opiniões”, destacou Toffoli, que terá o ministro Luiz Fux como vice-presidente em sua gestão. O novo chefe do Poder Judiciário também frisou que “o Poder que não é plural é violência”, enfatizando a expressão durante o discurso.

A fala de Toffoli é embalada na expectativa de uma gestão que buscará resgatar a colegialidade do STF e criar pontes com os outros Poderes. “É a hora e a vez da cultura da pacificação e da harmonização social, do estímulo às soluções consensuais, à mediação e à conciliação”, disse o novo presidente do STF. “Em um colegiado, não existem vencedores e vencidos, nem vitórias ou derrotas”, completou.

O perfil conciliador de Toffoli reflete a carreira profissional do ministro, que acumula experiência nos três Poderes

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

14 SET 2018

Emoção. Na posse, o novo presidente do Supremo também frisou a necessidade de fazer as decisões judiciais “verdadeiramente chegarem à sociedade”, e não apenas aos que participam do processo judicial. “Precisamos nos comunicar mais e melhor com a mídia e a sociedade”, afirmou Toffoli.

Em um dos momentos mais emocionantes da solenidade, o novo presidente do STF interrompeu a fala para cumprimentar o seu irmão caçula, José Eduardo, que tem síndrome de Down. José Eduardo levantou-se da plateia, caminhou até o plenário do STF e cumprimentou o irmão, sendo aplaudido de pé pelo público.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, por sua vez, disse que a radicalização, os extremismos e a apologia ao ódio e à violência são “forças obscuras” empenhadas em sabotar a democracia. “Não há veneno maior para a democracia que a radicalização”, comentou.

AMANDA PUPO, RAFAEL MORAES MOURA, TEO CURY, VERA ROSA - MARIANA HAUBERT

PERFIL

Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal

Ministro deve imprimir tom conciliador

O perfil conciliador que Dias Toffoli quer imprimir no cargo reflete a carreira profissional do ministro. Antes de assumir uma cadeira no Supremo, atuou no Executivo como advogado-geral da União (de 2007 a 2009) no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, atualmente condenado e preso no âmbito da Lava Jato.

No Legislativo, atuou como assessor Jurídico da Liderança do PT na Câmara dos Deputados (1995 a 2000). Entre julho de 1999 e agosto de 2007, foi filiado ao PT, conforme registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O ministro

tomou posse no STF em 2009, nomeado por Lula. Natural de Marília (SP), o ministro é formado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo – USP, que frequentou de 1986 a 1990.

Toffoli já definiu a pauta de julgamentos do plenário da Suprema Corte para a segunda quinzena deste mês, optando por temas de impacto social e ambiental – e sem polêmicas. O presidente do STF não pretende pautar ainda neste ano ações que discutem a possibilidade de execução provisória de pena, como a prisão, após condenação em segunda instância. Ele avalia que isso provocaria um “desgaste” à imagem do tribunal em período eleitoral. O tema, no entanto, pode retornar ao plenário no primeiro semestre de 2018, já que o STF ainda não julgou definitivamente as ações, o que tem levado a críticas dentro e fora da Corte.

● Ação

Antes de assumir a presidência do Supremo, Dias Toffoli suspendeu ação contra o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega que estava nas mãos do juiz Sérgio Moro da 13.ª Vara de Curitiba.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

DAVI TANGERINO

Discurso de posse marcado por 4 eixos e uma ausência

14 SET 2018

O discurso do empossando Min. Dias Toffoli: quatro eixos e uma ausência.

Inclusão. Começando pela valorização da miscigenação, com Manuel Bomfim, dando ênfase à educação, e culminando com os direitos das minorias, inclusão é palavra de ordem. Mas pretende um sentido mais profundo, ao advogar uma ética subjetiva grávida de “afetividade, sensibilidade, empatia, voluntariado, gentileza e cordialidade com o próximo”. Sustenta que a legitimidade do poder está na pluralidade, no diálogo constante, no olho no olho. No plano institucional, um Judiciário que preste contas de suas atividades jurisdicionais e administrativas (accountability).

Equilíbrio. Não estamos em crise, mas em transformação. O papel do Judiciário é o de moderador dos conflitos sociais e econômicos, guardião da dignidade humana e protetor das minorias. Um papel “sem predomínio”, citando José Afonso da Silva. Harmonia e respeito mútuo entre os poderes da República “nos submetem, e submetem o próprio STF”.

Modernidade. Toffoli falou em modernidade líquida, em inteligência artificial, em viralizar, em tempo fluído. “Tudo passa a ser regido pelo tempo”. Falou em novos atores, em redes sociais.

Coerência. O Judiciário tem de ser capaz de oferecer respostas estáveis, comunicáveis à população, de sorte a dar indicadores de previsibilidade, de estabilidade.

Uma ausência. Quase não falou a palavra corrupção.

A preponderarem esses indicativos, Toffoli pautará sua Presidência no respeito aos demais poderes, moderando conflitos, mas sempre atento à promoção da inclusão e proteção de vulneráveis. Deve atravessar mais vezes a Praça dos Três Poderes, até por sua origem no Poder Executivo. Deverá priorizar casos de judicialização de políticas públicas e de temas ligados a direitos sociais e de minorais, dando menos ênfase ao hoje onipresente tema do combate à corrupção. Abrirá o Judiciário ao controle externo, apertando métricas de eficiência. A legitimidade do Judiciário, disse, será consequência da qualidade da atuação desse poder. Por fim, em contraponto ao sentimento social de rupturas e dissensos, acena com equilíbrio, coerência e estabilidade.

ELIANE
CANTANHÊDE**Toffoli cá, Haddad lá**Campanha ganha novo
ingrediente: o movimento
para soltar Lula em 2019

Nenhum candidato diz isso claramente, mas a posse do ministro Antonio Dias Toffoli na presidência do Supremo Tribunal Federal reforça um discurso crescente na campanha eleitoral: o de que a eleição do petista Fernando Haddad seria a porta aberta para a volta ao poder de Luiz Inácio Lula da Silva.

Os dois movimentos, Toffoli no STF e o crescimento de Haddad nas pesquisas (8% pelo Ibope), convergem na mesma direção: a desconfiança de que Lula será solto de alguma forma em 2019.

A intenção de Toffoli é pôr em pauta no plenário, logo no início do ano, a prisão após condenação em segunda instância. A antecessora Cármen Lúcia encerrou seu mandato cumprindo a promessa de não fazê-lo. Toffoli o fará. Como a última decisão sobre a questão foi por um único voto, não é impossível mudar.

E Haddad presidente seria não apenas Lula dando as cartas, como a possibilidade real de soltar Lula por indulto. Aliás, ele ou Ciro Gomes (PDT), que já admitiu publicamente a hipótese durante a campanha.

Há, porém, outros aspectos a serem considerados nos dois casos. Um deles é que, não raro, as pessoas se superam ao assumir imensos desafios e prezam, antes de seus compromissos políticos ou partidários, o seu próprio nome e a sua imagem para a história.

Toffoli, 50 anos, é o mais novo presidente da história do Supremo. Sua nomeação por Lula como ministro da Corte causou surpresa, perplexidade e crítica, não só pela idade, mas porque ele fora reprovado em duas provas para juiz, não era um nome brilhante no meio jurídico e tinha como credenciais ter sido advogado do PT, assessor da Casa Civil de José Dirceu e advogado-geral da União de Lula.

Toffoli, porém, de bobo não tem nada. Ao assumir a cadeira, informou-se, aproximou-se dos colegas, ganhou passe livre no gabinete de Gilmar Mendes,

nomeado por FHC, identificado com o PSDB e considerado, goste-se ou não dele, um dos mais preparados e técnicos ministros do Supremo.

Foi assim também, na busca de reconhecimento e de negociação com os extremos, que Toffoli saiu do seu gabinete no STF, cruzou o Eixo Monumental e foi até o Quartel General do Exército conversar com o comandante, general Eduardo Villas Bôas. Saiu dali com o nome do respeitado general Fernando de Azevedo e Silva para sua assessoria especial na presidência.

Gesto inteligente, sobretudo num momento em que o comandante do Exército alerta para a legitimidade do próximo presidente da República, o candidato líder nas pesquisas é um capitão reformado e seu vice é um general de quatro-estrelas que acaba de deixar a ativa. Sem maldade, apenas como constatação, Toffoli atraiu o “inimigo” para bem perto dele. E tem um canal direto com as Forças Armadas.

Quanto a Haddad: ele assumiu simultaneamente a candidatura pelo PT e uma vaga no “segundo pelotão”, aquele que disputa chegar ao segundo turno contra Jair Bolsonaro (PSL). E, assim, passa a ser alvo natural de todos os demais concorrentes, Ciro Gomes, Geraldo Alckmin, Marina Silva.

A diferença é que Ciro disputa o espaço de esquerda diretamente com Haddad e não pode bater em Lula, para não afugentar votos principalmente do Nordeste, onde já lidera com 18%. Marina bate na polaridade PT x PSDB e Alckmin não tem restrições, está livre para bater. No seu discurso, Bolsonaro é “passaporte para a volta do PT” e Haddad, para a volta de Lula.

Logo, os três procuram uma brecha ao centro para furar o embate Bolsonaro-Haddad, que caracteriza a chegada da direita radical ou a volta do PT, Lula e Dilma. Em suma, Ciro, Alckmin e Marina são os candidatos do mesmo partido, o “voto útil”.

14 SET 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Delator liga Richa a propina de R\$ 500 mi

O empresário Antônio Celso Garcia, cuja delação levou à prisão do ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB), na terça-feira, disse ao **Estado** que o tucano recebeu “entre R\$ 400 milhões e R\$ 500 milhões” em propina e caixa 2 em campanhas eleitorais. Richa é alvo da Operação Radiopatrulha, do Ministério Público do Paraná, e da Lava Jato. “Se for ver todas as coisas que estão investigando, se metade for verdade, eu diria que, fácil, (*a propina*) passaria de R\$ 400 milhões, R\$ 500 milhões”, afirmou. A defesa não respondeu ao **Estado**. Na terça, informou que não havia tido acesso à investigação. / JULIA AFFONSO

14 SET 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Desembargador mantém tarifa especial para museu

Johansom Di Salvo determinou que a Pinacoteca continue a pagar ao aeroporto de Viracopos a taxa por peso

O desembargador Johansom Di Salvo, da Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região (TRF-3), reconsiderou decisão anterior e determinou que a Pinacoteca continue a pagar, ao aeroporto de Viracopos, tarifa especial para o armazenamento das obras de arte da mostra *Mulheres Radicais*. A decisão, anunciada oficialmente na segunda, 10, foi dada em agravo de instrumento interposto pela concessionária do aeroporto contra liminar da 4.^a Vara Cível da Justiça Federal de Campinas, concedida em mandado de segurança impetrado pela associação que administra o museu.

A tarifa será cobrada em função do peso das obras de arte, como acontecia até março deste ano, e não pelo valor da obra, como pretende a Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. Para o relator, a tarifa especial se justifica "pelo viés cívico-cultural da exposição, que não tem necessariamente o conteúdo de 'patriotismo'".

Di Salvo explicou que as concessionárias aeroportuárias têm pretendido cobrar uma tarifa proporcional ao valor das obras de arte, que pode alcançar centenas de milhões de dólares, bastando que venha ao Brasil, por empréstimo ou cessão, alguma obra-prima. "Essa alteração acabaria por inviabilizar eventos de arte, prejudicando a difusão da cultura e do conhecimento, esse sim, um evento cívico-patriótico."

O caso discutido no processo refere-se a uma exposição que pretende mostrar ao público brasileiro a produção, realizada entre 1960 e 1985, de mulheres residentes em países da América Latina. "É fonte de conhecimento;

portanto, tem, ao contrário do que pensei antes, caráter cívico", concluiu o desembargador.

Di Salvo ressaltou que a cobrança de ingressos ao preço máximo de R\$ 6 não é significativa, tendo caráter quase que simbólico porque 'não cobre' os custos da exposição, que depende de vários patrocinadores e conta com recursos da Lei Rouanet. "Realmente, R\$ 6 é menos do que se cobra por um cafezinho em qualquer das calcearias situadas nesta Avenida Paulista", destacou.

Em nota, a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos S.A. afirma que o termo 'cívico-cultural' diz respeito à construção da cidadania e a relação da sociedade com os bens comuns. "Como pode haver uma cultura de participação se os próprios eventos segregam a população, pois a entrada da maioria das exposições não é gratuita?", questiona. / LUIZ VASSALLO

14 SET 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

O desafio do novo presidente do STF

O ministro Dias Toffoli assumiu ontem a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) com a grande tarefa de pacificar a principal corte do país. Sob o comando de Cármen Lúcia, o tribunal ficou excessivamente exposto à mídia e as posições políticas de cada um dos ministros acabaram sendo reveladas. Acabou o mito da

imparcialidade da Justiça, pelo menos para parte da população.

A clara divisão dentro do STF foi um excesso que pode ter custado caro para a credibilidade da Justiça brasileira. Parte da mídia sabia de antemão como cada um dos ministros iria votar em questões polêmicas. A ex-presidente não conseguiu articular nos

bastidores para que os ministros evitassem a exposição.

O STF existe para ser o guardião da Constituição, ou seja, os ministros devem votar apenas as questões que de alguma forma estão relacionadas com a lei máxima do país. Nos últimos tempos, o plenário do Supremo transformou-se em palco de disputas políticas. ●

"Servimos ao povo", diz Toffoli ao assumir o STF

O ministro Dias Toffoli defendeu ontem a harmonia e o respeito mútuo entre os poderes, acrescentando que o Judiciário não é "mais nem menos" que os demais. Toffoli tomou posse como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e comandará a Corte pelos próximos dois anos, acumulando também o cargo de presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O ministro Luiz Fux

tomou posse como vice-presidente.

"Não somos mais nem menos que os outros poderes. Com eles e ao lado deles, harmoniosamente, servimos ao povo e à nação brasileira. Por isso, nós, juízes, precisamos ter prudência", afirmou. Indicado para o STF em 2009 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Toffoli é considerado pelos colegas um bom gestor e de perfil conciliador. ●

14 SET 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

STJ rejeita novo habeas corpus de Richa e Fernanda

Ex-governador continua preso no batalhão da PM

A ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça, rejeitou ontem pedido de habeas corpus da defesa do ex-governador e candidato ao Senado, Beto Richa (PSDB) e de sua esposa, a ex-secretária da Família, Fernanda Richa, presos desde a última terça-feira, na operação "Rádio Patrulha", do Gae-co, que investiga suspeita de fraudes em obras de estradas rurais. Na noite de quarta-feira, o mesmo pedido para libertar o tucano e sua mulher já havia sido negado pelo desembargador Laertes Ferreira Gomes, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ).

A prisão temporária é válida por cinco dias, podendo ser prorrogada por mais cinco ou convertida em preventiva, sem prazo. Na decisão de quarta-feira, o desembargador do TJ



A prisão temporária de Beto e Fernanda vence no próximo sábado

afirmou que as prisões são necessárias para evitar que eles e os demais detidos deturpem a investigação "orientando testemunhas e destruindo ou alterando documentos".

Richa e Fernanda são

acusados de participar de um esquema que teria desviado mais de R\$ 70 milhões através de fraude em licitações do programa "Patrulha do Campo", de obras de melhorias em estradas rurais. Eles negam as acusações. As

denúncias foram baseadas nas delações do ex-diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR), Nelson Leal Júnior e do ex-deputado estadual Tony Garcia, amigo de infância do ex-governador. ■

14 SET 2018

METRO

Beto e Fernanda são ouvidos hoje

Radio Patrulha. Prazo de prisão de ex-governador e esposa se esgota amanhã e Gaeco não definiu eventual pedido de prorrogação. Ontem um dos filhos do casal prestou depoimento

Ontem, um dos filhos do ex-governador Beto Richa e da ex-secretária da Família, Fernanda Richa, André Vieira Richa, testemunhou no Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), sobre as investigações da Operação Radio Patrulha. André não é investigado, mas junto com sua mãe consta como sócio proprietário da Ocaporã Administradora de Bens, empresa que teria sido usada para lavagem de dinheiro.

O coordenador do Gaeco, Leonir Batisti, confirmou que os depoimentos de Beto Richa e Fernanda estão marcados para hoje. "Todos os presos serão ouvidos até sexta", afirmou. Ele não disse, no entanto, se o MP pedirá ou não a prorrogação da prisão de quaisquer um dos investigados.

As prisões temporárias vencem no sábado, mas podem ser renovadas por mais cinco dias ou revertidas para preventivas, sem prazo para acabar. Caso algum pedido seja feito caberá ao juiz Fernando Bardel-



STJ negou ontem segundo habeas corpus de Richa | BRUNO DRIGNOLO / METRO CURITIBA

Pedido de liberdade

Laurita Vaz nega habeas corpus

A ministra Laurita Vaz, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), negou ontem um pedido de liberdade do ex-governador. Um primeiro pedido de habeas corpus já havia sido negado no TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) na quarta-feira.

METRO CURITIBA

mandato de Richa como governador.

Dinheiro apreendido

O Gaeco confirmou que foram apreendidos de R\$ 370 mil em dinheiro vivo em uma empresa de Luis Abi Antoun, primo distante do ex-governador, em Londrina. Mais dinheiro foi encontrado em posse de outros dos investigados, mas Batisti não detalhou de quais.

Defesas

Em nota, o ex-governador diz que nada deve, e que segue confiando na Justiça. Já a defesa de Fernanda Richa classifica a sua prisão como "excessiva, inadequada e desnecessária", já que ela sempre se colocou à disposição para colaborar.

A defesa de Luiz Abi Antoun também diz que a prisão é desnecessária e afirma que há anos ele não tem contato com os investigados, e que outros ele sequer conhece.

Richa, Fernanda e Pepe Richa estão presos no Regimento de Polícia Montada, no Tarumã. METRO CURITIBA

li Silva Fischer, da 13ª Vara Criminal, que determinou as 15 prisões das operações, decidir.

Ontem, o ex-secretário de governo Edson Casagrande, se entregou na sede do Gaeco, no Ahú. Com isso, apenas o mandado de prisão contra o empresário Joel Malucelli ainda não foi cumprido. A defesa de Malucelli marcou a sua apresentação para até o fim desta semana, já que ele está em viagem ao exterior.

O operação investiga desvios no programa Patrulha do Campo, de manutenção de estradas rurais, durante o primeiro